Sérgio Gilberto Porto Daniel Ustárroz

Manual dos RECURSOS CÍVEIS

Inclui ANEXO com as principais SÚMULAS dos Tribunais Superiores

7ª EDIÇÃO revista e atualizada



Porto Alegre, 2020

Conselho Editorial

André Luís Callegari Carlos Alberto Molinaro César Landa Arrovo Daniel Francisco Mitidiero Darci Guimarães Ribeiro Draiton Gonzaga de Souza Elaine Harzheim Macedo Eugênio Facchini Neto Gabrielle Bezerra Sales Sarlet Giovani Agostini Saavedra Ingo Wolfgang Sarlet José Antonio Montilla Martos Jose Luiz Bolzan de Morais José Maria Porras Ramirez José Maria Rosa Tesheiner Leandro Paulsen Lenio Luiz Streck Miguel Àngel Presno Linera Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P853m Porto, Sérgio Gilberto

Manual dos recursos cíveis / Sérgio Gilberto Porto, Daniel Ustárroz. – 7. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2020. 319 p.; 25 cm.

ISBN 978-85-9590-087-5

1. Recurso: Processo civil. I. Ustárroz, Daniel. II. Título.

CDU - 347.955

Índice para catálogo sistemático:

Recurso: Processo civil

(Bibliotecária responsável: Marta Roberto, CRB-10/652)

Sumário

Nota prévia	13
PRIMEIRA PARTE – Teoria Geral dos Recursos Cíveis	15
1. Atos do Juiz.	15
1.1. Os pronunciamentos do juiz e o art. 203 do CPC	15
1.2. Requisitos essenciais da sentença	20
1.3. Sentenças definitivas e meramente terminativas	21
1.4. Classificação das sentenças.	22
1.5. Vícios da sentença	24
2. Coisa julgada	25
2.1. Fundamentos do instituto.	25
2.2. Coisa julgada formal e coisa julgada material.	26
2.3. Limites objetivos e subjetivos.	27
2.4. Limites temporais e territoriais.	28
2.5. Preclusão expansiva do julgado (art. 508, CPC)	31
2.6. Relativização da coisa julgada	32
SEGUNDA PARTE – Da ordem dos processos e dos processos de competência	
originária dos Tribunais	
1. Do Incidente de Assunção de Competência (IAC).	35
2. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade	37
3. Do conflito de competência.	
4. Da homologação de decisão estrangeira e da concessão do exequatur à carta rogatór	ia42
5. Da Ação Rescisória (arts. 966 a 975).	44
5.1. Pressupostos de admissibilidade	45
5.2. O duplo conteúdo da ação rescisória.	45
5.3. Hipóteses de cabimento.	46
5.4. Legitimidade ativa e passiva.	48
5.5. Prazo decadencial	
5.6. Requisitos da petição inicial	
5.7. Suspensão de cumprimento da decisão rescindenda	
6. Do incidente de resolução de demandas repetitivas.	
7. Da reclamação	56
TERCEIRA PARTE – Do conceito e da compreensão dos Recursos Cíveis	59
O Recurso dentro do sistema constitucional brasileiro.	59
1.1. A legitimação do provimento estatal através de seu controle	59
1.2. Ideia de recurso e sua distinção frente a outros meios de controle das decisões	562

STJ00108648

1.3. Classificação dos recursos.	63
1.4. A aludida "sucumbência recursal" prevista no art. 85, § 11, CPC	64
2. Princípios dos recursos.	67
2.1. Princípio do livre acesso à justiça	
2.2. Princípio do duplo grau de jurisdição	70
2.3. Princípio da colegialidade	74
2.4. Princípio da primazia do mérito	
2.5. Princípio da taxatividade	
2.6. Princípio da unirrecorribilidade.	
2.7. Princípio da fungibilidade	
2.8. Princípio da motivação (dialeticidade)	
2.9. Princípio da voluntariedade (desistência e renúncia)	
2.10. Princípio da consumação.	
2.11. Proibição da reformatio in pejus.	
3. Dos efeitos dos recursos	
3.1. Abertura do procedimento recursal e o retardamento das preclusões	
3.2. Efeito devolutivo.	
3.3. Efeito suspensivo.	
3.4. Efeito expansivo.	
3.5. Efeito translativo.	
3.6. Efeito substitutivo.	
4. Pressupostos de admissibilidade dos recursos.	
4.1. Questão preliminar: juízo de admissibilidade e juízo de mérito	
4.2. Cabimento	
4.3. Legitimidade	
4.4. Interesse recursal	
4.5. Inexistência de fatos extintivos ou impeditivos (em especial: renúncia,	
aquiescência, a desistência e o adimplemento de multas)	107
4.6. Tempestividade	109
4.6.1. Aplicação do art. 229, CPC	112
4.6.2. A polêmica tese da intempestividade do recurso prematuro	114
4.6.3. O prazo dobrado do Ministério Público, da Advocacia Pública e da Defensoria Pública	118
4.6.4. Intimação da Advocacia Pública e do Ministério Público	121
4.6.5. Cômputo da tempestividade quando da interposição via fax	
4.6.6. A invalidade da intimação na pessoa do estagiário	
4.7. Adequada motivação (a dialeticidade)	
4.8. Preparo no Novo Código de Processo Civil	
4.9. Regularidade formal (ainda: o recurso sem assinatura do advogado ou interpo	osto
por advogado sem procuração nos autos)	129
QUARTA PARTE – Recursos Ordinários	133
1. Apelação	133
1.1. Cabimento	
1.2. A impugnação das interlocutórias mediante a apelação	135
1.3. Particularidades da apelação contra as sentenças liminares	
1.4. Procedimento em primeiro grau de jurisdição	
1.5. O efeito suspensivo da apelação (art. 1.012)	
1.6. Efeito devolutivo (art. 1.013).	

STJ00108648

1.7. Do procedimento perante o segundo grau de jurisdição	150
1.8. Da aplicação da teoria da causa madura (art. 1.013, § 3°, CPC)	152
1.9. Do saneamento de nulidades através de diligências prévias ao julgamento e da instrução probatória no Tribunal (arts. 932 e 938, CPC)	155
1.10. A técnica de ampliação de julgamento (art. 942, CPC)	156
2. Agravo de Instrumento.	158
2.1. A recorribilidade das interlocutórias	158
2.2. Hipóteses de cabimento do Agravo no CPC	162
2.3. Formas de interposição do Agravo (art. 1.017, § 2°, CPC)	169
2.4. Dos documentos que devem instruir o Agravo	171
2.5. Poderes do Relator	172
2.6. Juízo de retratação e a exegese do art. 1.018, CPC	175
3. Agravo Interno.	178
3.1. Cabimento e função do Agravo Interno (art. 1.021, CPC)	178
3.2. Abordagem do procedimento do Agravo Interno	179
3.3. Um tema delicado: a multa pelo agravo interno manifestamente inadmissível	
ou improcedente.	181
4. Embargos de Declaração.	
4.1. Natureza e finalidade dos embargos de declaração	
4.2. Decisões passíveis de embargos de declaração	184
4.3. Os quatro fundamentos do Novo Código de Processo Civil	
4.4. Pedido de reconsideração	188
4.5. Questões procedimentais.	190
4.6. Ausência de efeito suspensivo.	192
4.7. Efeito interruptivo para a interposição de futuro recurso	
4.8. Coibição do intuito protelatório através da aplicação de multa	194
4.9. Embargos prequestionadores.	197
4.10. Efeitos modificativos e a garantia do contraditório	199
QUINTA PARTE – Dos Recursos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça	202
1. Sobre a nomenclatura "Recursos Extraordinários"	
2. A "fungibilidade" entre o Recurso Extraordinário e o Recurso Especial	
3. Dos pressupostos específicos de admissibilidade	
3.1. Prequestionamento.	
3.2. Causa definitivamente julgada.	
4. Características Comuns.	
4.1. Procedimento padrão.	
4.2. Julgamento de recursos repetitivos.	
4.3. Ausência de efeito suspensivo.	223
4.4. Peculiaridades da "aplicação do direito à espécie" e da amplitude do efeito devolutivo	226
4.5. Extensão da Súmula 735–STF e a recorribilidade das liminares.	
4.6. Vedação ao simples reexame de provas e ao revolvimento dos fatos	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
5. Recurso Extraordinário	
5.1. Do Supremo Tribunai Federal. 5.1.1. Da criação do Supremo	
5.1.2. O Supremo Tribunal Federal na Constituição de 1988.	
5.1.2. O Supremo Tribunai Federal na Constituição de 1900	

STJ00108648

5.3. Cabimento do Recurso Extraordinário	243
5.3.1. Contrariedade a dispositivo da Constituição	
5.3.2. Declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	245
5.3.3. Declaração de validade de lei ou ato de governo local contestado	
em face da Constituição.	247
5.3.4. Declaração de validade de lei local contestada em face de lei federal	248
5.4. Da demonstração de repercussão geral da questão constitucional (art. 102, § 3°, CF)	250
6. Recurso Especial.	254
6.1. A criação do "Tribunal da Cidadania"	254
6.2. Recurso de fundamentação vinculada. Hipóteses de cabimento	
6.2.1. Negativa de vigência ou contrariedade a tratado ou lei federal	
6.2.2. Prevalência da lei federal frente a ato de governo local	
6.2.3. Divergência jurisprudencial.	
7. Agravo de Admissão (art. 1.042, CPC)	
7.1. Definição do agravo aos Tribunais Superiores (introito)	
7.2. O agravo de instrumento no sistema processual do final do século XX	
7.3. O "agravo de admissão", a partir da Lei nº 12.322/2010	267
7.4. O Agravo no CPC sancionado em março de 2015.	
7.5. Da feição "definitiva" do Agravo no CPC (Lei 13.256/2016)	270
8. Embargos de Divergência	
8.1. Finalidade dos embargos de divergência.	274
8.2. Previsão legal (a ampliação das hipóteses de cabimento no CPC)	
8.3. Pressupostos de admissibilidade	
8.4. A identificação de acórdãos paradigmas	
8.5. Procedimento.	
9. Recurso Ordinário.	
9.1. Papel do recurso ordinário no sistema.	
9.2. Hipóteses de cabimento diante da Constituição Federal	
9.3. Abordagem do recurso ordinário no Novo CPC	
9.4. Aplicação da teoria da causa madura ao recurso ordinário	
10. Recurso Adesivo.	
10.1. A sucumbência recíproca e a adesão recursal.	
10.2. Limites do cabimento do adesivo no Novo Código de Processo Civil	
10.3. A não exigência de identidade temática	
10.4. O preparo autônomo do recurso adesivo	
10.5. Procedimento do adesivo.	
10.6. Recurso adesivo condicionado.	
10.7. Admissibilidade do recurso adesivo no Juizado Especial Cível	
Referências bibliográficas	
NNEXO – Principais Enunciados da Súmula de Jurisprudência dominante do	
STF e do STJ	315
1. Enunciados da Súmula do Supremo Tribunal Federal (STF)	
2. English and Comparing Tribung de Luction (CTI)	